



Cartão federal acelera socorro às vítimas de calamidades

Nova medida, publicada ontem no *Diário Oficial da União*, foi anunciada pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, em debate na comissão temporária que discute melhorias no Sistema Nacional de Defesa Civil

O socorro às vítimas de enchentes e outras calamidades poderá se tornar mais ágil com a implantação, até o final do ano, do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), iniciativa do governo federal detalhada, em debate no Senado, pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Decreto da presidente Dilma Rousseff saiu ontem no *Diário Oficial da União*. **5**



Gerardo Magela/Senado Federal

Entre Inácio Arruda (E) e Jorge Viana (com Casildo Maldaner à sua esquerda), ministro Fernando Bezerra afirmou que implantação do cartão será gradativa

Plenário aprova autoridades **6**

Comissões debatem sigilo sobre obras da Copa **3**

Dificuldade dos municípios no tratamento do lixo **4**



Jane Araújo/Senado Federal

Flexa Ribeiro (E) foi empossado ontem pelo presidente José Sarney no cargo de ouvidor-geral do Senado

Flexa assume como ouvidor-geral do Senado

Críticas e sugestões dos cidadãos sobre as atividades parlamentares têm, a partir de hoje, mais um destino no Senado. Foi inaugurada a Ouvidoria da Casa, cujo primeiro ouvidor-geral será

o senador Flexa Ribeiro, empossado ontem pelo presidente José Sarney. Flexa afirmou que o principal desafio será despertar "um sentimento de confiança nos cidadãos". **2**



J. Freitas/Senado Federal

Mercadante diz que já foi inocentado de acusações

Ministro da Ciência e Tecnologia fala, na CAE, sobre denúncias de envolvimento no escândalo do dossiê contra José Serra. **7**

Mercadante (E), com Delcídio do Amaral, trouxe boas notícias na área de inovação



Ano Volpe/Senado Federal

Senador Eduardo Amorim (C) presidiu o debate de ontem na CDR

Inclusão digital não pode depender só das empresas

A advertência foi feita ontem por especialistas que participaram de au-

diência pública na CDR para debater o fim da exclusão digital. **8**

Novo órgão tem a atribuição de receber críticas e sugestões dos cidadãos sobre as atividades do Senado. Ouvidor-geral acredita que credibilidade da Casa aumentará

Senado inaugura Ouvidoria e dá posse a Flexa Ribeiro

OS CIDADÃOS AGORA dispõem de um novo espaço para apresentar suas críticas e sugestões sobre as atividades parlamentares. Ontem foi inaugurada a Ouvidoria do Senado, em cerimônia realizada no gabinete da Presidência da Casa. Durante a solenidade, tomou posse como primeiro ouvidor-geral o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Indicado em abril pelo presi-

dente do Senado, José Sarney, para um mandato de dois anos, Flexa Ribeiro destacou que o principal desafio será despertar "um sentimento de confiança nos cidadãos".

– Nós vamos ter a missão de desenvolver no cidadão brasileiro esse sentimento de que suas manifestações serão aqui acolhidas e terão credibilidade, transparência e celeridade nas

respostas – afirmou o senador.

O ouvidor também acredita que o órgão recém-inaugurado contribuirá para fortalecer a imagem da instituição.

– Esse trabalho vai levar ao cidadão brasileiro a transparência do Senado Federal e, com isso, ele terá a informação correta das atividades da Casa e o Senado ganhará credibilidade junto à sociedade – disse.



Sarney participa da cerimônia de instalação da Ouvidoria do Senado, e Flexa Ribeiro assume cargo de ouvidor-geral

Para Sarney, é mais um instrumento de transparência

Dar transparência às atividades da Casa também é, na avaliação de José Sarney, o principal objetivo da Ouvidoria, que agora se soma, segundo o presidente, a outras iniciativas na mesma direção, como o Portal da Transparência, os veículos de comunicação da Casa e o Alô Senado.

– Vamos ter um instrumento capaz de atender a todas as solicitações do povo brasileiro a respeito de tudo que ocorre na Casa – sublinhou.


Sarney também lembrou que, quando foi presidente da República, criou a primeira ouvidoria no âmbito do governo federal e que nomeou como primeiro titular do cargo o atual diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), Fernando Cesar Mesquita.


Além de dar encaminhamento às sugestões, denúncias, elogios e pedidos de informações da sociedade, tendo até 30 dias para respondê-las, também caberá à Ouvidoria sugerir mudanças visando ao controle social e ao aperfeiçoamento da organização do Senado.

Canal direto com a sociedade

A Ouvidoria foi criada pelo Ato 5/05, da Comissão Diretora, para ser um canal direto e permanente entre a sociedade e a instituição. O órgão vai contar com página própria no Portal do Senado e terá apoio técnico da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) para desenvolver suas atividades. As reclamações, críticas, comentários, elogios, pedidos de providências e sugestões poderão ser encaminhadas por meio dos seguintes canais:

 **Página da Ouvidoria na internet:**
www.senado.gov.br/ouvidoria

 **Carta:** Senado Federal • Praça dos Três Poderes • Palácio do Congresso • Anexo 2 • Bloco A • Térreo • sala da Ouvidoria • Brasília-DF • CEP 70165-900

 **Formulários distribuídos pela Ouvidoria:**
Devem ser depositados nas urnas disponíveis no Senado


 **Alô Senado:**
0800 61-2211 (opção *Fale com a Ouvidoria*)



Foto: Ana Volp/ Senado Federal

Acesso a informações sobre o Senado fica mais fácil

Já está disponível no Blog do Senado a nova página com informações sobre a instituição, como o valor do subsídio dos senadores, ocupação de imóveis residenciais, verba indenizatória e número de servidores. Há também um glossário legislativo e explicações sobre os grandes temas do noticiário geral.

Os dados são geralmente pedidos por jornalistas de todo o país. Ao todo são 23 temas.

As informações, antes disponibilizadas em um arquivo

no formato PDF, são agora publicadas por um sistema de gerenciamento de conteúdo e podem ser atualizadas constantemente.

Esse conteúdo pode ser acessado a partir do Blog do Senado (www.senado.gov.br/blog), no link "Imprensa", no menu à esquerda.

O trabalho foi realizado pela Assessoria de Imprensa da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado, a partir de informações disponibilizadas pela administração e outras áreas da Casa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário MP do BNDES tranca a pauta

14h A sessão é deliberativa. A medida provisória (MP 526/11) que aumenta o financiamento do BNDES tranca a pauta.

Presidência Ministras da Igualdade Racial e da Cultura

11h O senador José Sarney recebe a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros; e, às 11h30, a ministra da Cultura, Ana de Hollanda. Às 16h, preside a sessão plenária.

CCT Mensagens contra exploração sexual

8h30 As emissoras de rádio e TV terão de veicular mensagens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o uso seguro da internet. Projeto nesse sentido está na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

CRA Debate sobre política de abastecimento

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza audiência pública para discutir o projeto que institui a Política Nacional de Abastecimento, com a participação do presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Renato Maluf, entre outros.

CAS Salário-família para empregado doméstico

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, proposta que assegura ao empregado doméstico o benefício do salário-família e projeto que regulamenta o exercício da profissão de *sommelier*.

CCJ Quatro PECs da reforma política

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina quatro propostas de emenda à Constituição, entre as quais a que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. A CCJ também sabatina Jefferson Luis Kravchychyn, Carlos Alberto Reis de Paula e Wellington Cabral Saraiva, indicados ao Conselho Nacional de Justiça.

CE Valorização dos professores

10h Audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir a valorização do magistério. Foram convidados, entre outros, o coordenador-geral de Operacionalização do Fundeb, Vander Oliveira Borges; e o presidente da Associação Brasileira de Educação, Edgar Flexa Ribeiro.

CI/CAE Obras e contratações para a Copa

14h30 As comissões de Serviços de Infraestrutura, de Assuntos Econômicos e mais duas subcomissões realizam audiência pública para debater propostas diferenciadas de contratações com a administração pública para realização de obras e serviços de infraestrutura com recursos públicos para a Copa do Mundo de 2014. Foram convidados o ministro do Esporte, Orlando Silva, e o secretário-adjunto de Planejamento e Procedimentos do TCU, Marcelo Luiz Souza da Eira.

CMO LDO para 2012

14h30 A Comissão Mista de Orçamento vota o relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

Reforma Relatório final

18h30 A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa analisa projeto que altera o Regulamento Administrativo do Senado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao



Fotos de Felipe Barro/Senado Federal

Humberto Costa destaca pesquisas que mostram alta mobilidade social

“Brasil é único país a crescer e reduzir desigualdades”

O líder do bloco de apoio ao governo, Humberto Costa (PT-PE), comentou pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) segundo a qual o país estaria realizando “o sonho de crescer com distribuição de renda aqui e agora”. O estudo, segundo ele, revelou que o Brasil foi o único país da elite dos emergentes a crescer reduzindo as desigualdades sociais.

O parlamentar destacou que 2011 é o 11º ano consecutivo em que o Brasil reduz “o abismo da desigualdade entre ricos e pobres”. Ele citou a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad), do IBGE, segundo a qual a renda do brasileiro cresceu 1,8 ponto percentual acima do produto interno bruto (PIB) nos últimos oito anos. A renda dos brasileiros mais pobres, por sua vez, cresceu seis vezes mais do que a dos mais ricos. O resultado dessa distribuição de renda foi “uma mobilidade inédita na pirâmide social”, concluiu o senador.



Ferraço: parcela que caberia à União fica para estados não produtores

Ferraço defende proposta alternativa para royalties

Os estados produtores de petróleo não podem ser prejudicados por mudanças na distribuição dos royalties da exploração da camada do pré-sal, alertou Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele destacou proposta de Francisco Dornelles (PP-RJ): a parte a ser redistribuída aos estados não produtores seria a que cabe à União, permitindo, assim, que os estados produtores recebam a compensação financeira da mesma forma que hoje.

– Por essa proposta, a parcela de royalties que caberia à União seria redistribuída às unidades federativas pelo mesmo critério do Fundo de Participação [dos Estados] – afirmou Ferraço.

A distribuição é objeto de controvérsia entre estados produtores e as demais unidades da Federação. Emenda aprovada pelo Congresso prevê que a distribuição seja feita com base nos fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE).

Por iniciativa da senadora Lúcia Vânia, presidente da CI, duas comissões discutem hoje as regras propostas pelo governo para as licitações das obras necessárias ao evento

Comissões discutem regime para licitações da Copa

AS REGRAS ESPECIAIS propostas pelo governo para as licitações das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 serão debatidas hoje pelo Senado. A audiência pública foi solicitada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), e será realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

e duas subcomissões que tratam do tema. Devem participar o ministro do Esporte, Orlando Silva, e um representante do Tribunal de Contas da União.

Entre as mudanças defendidas pelo governo na Medida Provisória 527/11, que flexibiliza as regras das licitações para a Copa e as Olimpíadas, está o sigilo dos orçamentos das obras, que só seriam conhecidos depois da

apresentação dos lances por parte das empresas participantes. A MP tramita na Câmara e deve chegar ao Senado na próxima semana.

O governo argumenta que o sigilo dificultaria acertos entre as empresas e ressalta que os órgãos de controle teriam acesso a todos os dados. Já para os críticos, a medida prejudica a transparência e pode até facilitar as fraudes.

Suplicy quer votação de projeto que moderniza lei



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que depende do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), a inclusão na pauta de votações do Senado do projeto de lei da Câmara (PLC 32/07) que moderniza a Lei das Licitações. Segundo o senador, é preciso entrosamento do projeto com a MP 527/11, que trata

do Regime Diferenciado de Contratações, para obras da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016.

A medida provisória, que tramita na Câmara, vem causando polêmica. Parlamentares acusam o governo de querer manter sigilosos os dados relativos ao orçamento das obras. O projeto, de autoria do Executivo, chegou ao Senado em 2007, quando recebeu pareceres de três comissões, e aguarda inclusão na ordem do dia.

– Estamos aguardando o sinal verde do líder do governo, senador Romero Jucá, para, logo, colocarmos a matéria em votação. Ainda hoje, conversei com ele e coloquei que estou pronto para colaborar.

Mário Couto critica a MP que agiliza contratações



Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) criticou em Plenário a Medida Provisória 527/11, que cria o Regime Diferenciado de Contratações, destinado a dar agilidade nas licitações de serviços e obras para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A MP foi aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados, e as emendas, que modificam o texto original enviado pelo Planalto, deveriam ser votadas ontem pelos deputados.

Na avaliação do senador, as regras propostas na MP, que “ocultam e escondem” os gastos com obras tocadas com dinheiro público, vão propiciar o aumento da corrupção.

— Não acredito, sinceramente, que exista um senador, aqui neste Senado, capaz de concordar com essa MP. Não se venha com desculpas de que as obras estão atrasadas. Se as obras estão atrasadas, alguém é culpado. Que se puna este culpado. Mas não se venham com essa história de ocultar os gastos públicos.

Rolleberg enaltece políticas socioeconômicas

Ao registrar o crescimento da classe média nos últimos oito anos, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) elogiou as políticas socioeconômicas e sociais adotadas nos governos petistas. Ele citou dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontando que 48,8 milhões de brasileiros ascenderam às classes C, D e E e que 55% da população já pertence à classe média. Para ele, o governo Lula distribuiu renda e reduziu as desigualdades, e a presidente Dilma Rousseff dá continuidade ao processo.

– Precisamos construir um pacto nacional em torno desses valores para eliminarmos definitivamente a pobreza.



Segundo Mozarildo, TRE de Roraima confirmou cassação de Anchieta Júnior

Mozarildo critica governador de RR por ficar no cargo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou a permanência no cargo do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, acusado de cometer crime eleitoral nas eleições de 2010. Segundo ele, o governador usou a rádio estatal em benefício próprio, comprou votos e coagiu servidores.

Mozarildo afirmou haver mais de 30 processos contra Anchieta Júnior. No primeiro julgamento, em fevereiro, o governador foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) por usar veículo de comunicação do governo na campanha eleitoral. Anchieta obteve liminar do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para permanecer no cargo até análise de recurso pelo TRE, que confirmou a cassação semana passada. Agora cabe ao TSE decidir sobre o caso.

Paulo Paim destaca reivindicações do setor arrozeiro

Paulo Paim (PT-RS) lamentou a situação dos arrozeiros do Rio Grande do Sul. Ele destacou que recebeu da Câmara Municipal de Vereadores de Rosário do Sul (RS) um documento com reivindicações da associação dos arrozeiros da cidade. Segundo Paim, a crise do setor decorre da competição com países do Mercosul. Ele informou que o governo federal já anunciou medidas para atender às demandas dos arrozeiros e citou os leilões e a autorização de compras públicas de arroz.

– Essas medidas dão fôlego para os arrozeiros. Com certeza, o governo está olhando para o setor – disse.

LDO: quórum e obstrução do PSDB impedem votação

A falta de quórum na representação do Senado e a obstrução do PSDB a um requerimento para a criação de um grupo de trabalho podem prejudicar a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012. A expectativa é de que o relatório final seja votado na semana que vem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

– O que está faltando é, principalmente no Senado, haver quórum para deliberação. A pauta está bem moída para ser bem votada. Só temos um ponto divergente – disse o presidente da CMO, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

O senador se referia a requerimento do deputado Wellington Roberto (PR-PB), de criação de um grupo de trabalho para fiscalizar os compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades públicos com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O PSDB entende que a função do grupo já é desempenhada pelo comitê que trata de obras com indícios de irregularidade, presidido pelo partido na CMO.

Randolfe Rodrigues é eleito presidente da CPI do Ecad

Na instalação da CPI do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), ontem, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foi eleito presidente e Ciro Nogueira (PP-PI), vice.

Randolfe, autor do requerimento de instalação da CPI, designou Lindbergh Farias (PT-RJ) como relator. A primeira sessão da CPI foi marcada para a próxima terça-feira,

às 14h.

A comissão pretende investigar, em 180 dias, denúncias de irregularidades que teriam sido praticadas pelo Ecad na arrecadação e na distribuição de recursos de direitos autorais. A CPI também investigará denúncias de abuso econômico e prática de cartel, além de debater o modelo de gestão da entidade e a legislação sobre os direitos autorais.

CE aprova regras mais rígidas para corridas de automóveis

As competições automobilísticas em vias públicas só poderão ser autorizadas onde não houver um autódromo no raio de 50 quilômetros a partir do local onde se pretende realizá-las.

A medida consta do Projeto de Lei do Senado (PLS) 46/10, de Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O projeto ainda será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto modifica a Lei

9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas. O texto aprovado pela comissão requer ainda aprovação, pelos Detrans, de plano de segurança assinado por responsável técnico, em que estejam detalhadas medidas para reduzir os riscos para o público e para os participantes do evento.

Relator do projeto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltou o perigo da realização de “rachas” em vias públicas.

Presidente de confederação alerta que a maioria das 5.565 cidades brasileiras não tem condições de adotar, nos prazos legais, medidas da Política Nacional de Resíduos Sólidos

“Municípios não devem cumprir prazos para tratamento de lixo”

A POLÍTICA NACIONAL de Resíduos Sólidos foi aprovada em 2010 após quase 20 anos de discussão no Congresso, mas a maioria dos 5.565 municípios brasileiros não tem condições de adotar medidas adequadas para tratamento do lixo nos prazos legais estabelecidos. O alerta foi feito ontem pelo presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Segundo levantamento da entidade, em 4,5 mil municípios, 63% destinam os rejeitos para lixões; 59,3% não têm coleta seletiva; e 80,5% não realizam compostagem. Apesar de 70% contarem com catadores, a categoria não está organizada em 79% dessas cidades. Para agravar a situação, revelou Ziulkoski, os municípios precisariam levantar R\$ 52 bilhões para transformar os lixões em aterros sanitários até 2014, conforme determina a Lei 12.305/10.

– Não é possível criar uma legislação sem ter a coragem de dizer onde estão os recursos para fazer as obras – disse Ziulkoski,



Rodrigo Rollemberg (C) preside audiência pública da Comissão do Meio Ambiente

recebendo o apoio dos senadores Blairo Maggi (PR-MT) e Ivo Cassol (PP-RO).

O representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Sérgio Gonçalves, admitiu a “pressa” na implementação das metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas rejeitou o recurso a “ações irresponsáveis” para pô-las em prática.

Após ressaltar a necessidade

de um pacto entre governo, empresas e sociedade em torno dessa política, Sérgio Gonçalves apontou como um passo importante nessa direção a aprovação da Lei 12.305/10, que garantiu às indústrias, até 31 de dezembro de 2014, crédito presumido do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na aquisição de resíduos sólidos como matérias-primas de seus produtos.

Rollemberg: tratar lixo é parte da economia verde

O presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), lembrou que o tratamento adequado do lixo é parte da chamada “economia verde” – modelo econômico calcado no melhor aproveitamento dos recursos naturais.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB), que propôs o debate, pediu o empenho da comissão no reforço orçamentário dos pequenos municípios para viabilização da política de resíduos sólidos.

Já o senador Anibal Diniz (PT-AC) comentou a experiência de Rio Branco no tratamento do lixo, enquanto o senador João Pedro (PT-AM) colocou o desafio de conciliar a destinação adequada dos detritos com a conservação da cobertura florestal e dos mananciais na região amazônica.

Abividro sugere um modelo de logística reversa

Um planejamento tributário especial foi reivindicado pela representante da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro), Ana Paula Bernardes, para a execução de um modelo de logística reversa (retorno de produtos após seu uso pelo consumidor) sugerido pela entidade para o manejo de outros tipos de resíduos sólidos.

A associação defende que uma organização sem fins lucrativos – com participação de todos os interessados no processo – gerencie o sistema de reaproveitamento desses rejeitos. Caberia aos municípios coordenar a coleta seletiva, com o envolvimento de cooperativas de catadores bem estruturadas. Por fim, seria montada uma coordenação nacional para administrar a logística reversa.

Empresário pede mais incentivo à competitividade

O presidente do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), Victor Bicca, reconheceu a importância da responsabilidade compartilhada no reaproveitamento dos resíduos sólidos, mas defendeu medidas que melhorem a competitividade do setor.

Embora o IBGE tenha apontado o Brasil, em 2008, como campeão mundial na reciclagem de latas de alumínio e como segundo colocado na reutilização de embalagens PET, ainda há desafios a serem enfrentados, segundo Bicca.

Além de estender a coleta seletiva a todo o país – apenas 443 municípios a realizam –, o presidente do Cempre recomendou aumentar o número de cooperativas de catadores e desonerar a cadeia produtiva da reciclagem.

Cícero destaca debate sobre política de resíduos sólidos

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) elogiou a realização, ontem, da audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que debateu a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10).

O senador disse que o debate registrou avanços no país, como uma maior consciência ambiental por parte do empresariado e o avanço da logística reversa – o retorno de produtos para descarte e reciclagem após seu uso pelo consumidor.

A audiência também identificou, para o parlamentar, alguns problemas em relação à política de gerenciamento de resíduos sólidos, como o fato de os municípios terem até 2012 para apresentarem seu plano de gerenciamento.

De acordo com Cícero, existem muitas cidades, principalmente no Norte e no

Nordeste, que não têm condição financeira nem técnica para atender a essa exigência da legislação. Ele sugeriu que a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) apoie os pequenos municípios, com a formação de consórcios, para que as prefeituras tenham condição de fazer um plano de gerenciamento.

O parlamentar ainda reclamou que o orçamento destinado ao programa não tem sido totalmente aplicado. E pediu que o Senado e o governo se lembrem de destinar recursos suficientes para os pequenos municípios na elaboração do Orçamento do próximo ano. Os recursos, segundo Cícero, são necessários para a implantação do gerenciamento de resíduos e para a eliminação dos “lixões”.

– A missão dos gestores municipais é melhorar a qualidade de vida do nosso povo – concluiu.



Cícero Lucena (E) no debate, com Pedro Taques, Ivo Cassol e Blairo Maggi

Cassol aponta descaso dos governos com o tratamento

Há décadas os governantes brasileiros tratam com descaso o tratamento e a destinação de resíduos sólidos no Brasil, afirmou em discurso ontem o senador Ivo Cassol (PP-RO). Ele elogiou a CMA pelo debate sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Para ele, o tema ganha ainda maior importância agora que o Congresso Nacional aprecia o projeto de novo Código Florestal (PLC 1/10). Cassol disse que boa parte dos ambientalistas e da imprensa classifica o setor produtivo agropecuário como

“bandidos e criminosos”, mas esquece de assuntos importantes como a destinação do lixo de indústrias e cidades, questão em que o descaso das autoridades “remonta há décadas”.

– Mais de 80% das cidades não têm sequer aterro sanitário – afirmou Cassol.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou o discurso e disse que o Congresso precisa aprovar um novo Código Florestal “olhando para frente” para manter o crescimento do Brasil “respeitando a natureza de maneira inteligente”.

Erro de digitação obriga CMA a votar de novo projeto da meia-entrada na internet

A CMA anulará a votação do projeto que obriga a venda de meia-entrada pela internet, ocorrida ontem. Por um erro de digitação, o Projeto de Lei da Câmara 35/09, do deputado Felipe Bornier (PHS-RJ), constou da pauta como não terminativo, quando, na verdade, tramita em caráter terminativo.

Por causa desse erro, a vo-

tação foi simbólica, quando deveria ter sido nominal – aquela em que cada senador manifesta individualmente seu voto. Para votações nominais na CMA, é necessário quórum de nove senadores.

Pelo projeto, os fornecedores de ingresso pela internet para eventos culturais poderão ser obrigados a tornar disponível a venda de meia-entrada em

seus sites. Para se beneficiar do desconto, o consumidor deverá apresentar a documentação ao comparecer ao evento cultural. Se não comprovar ter direito ao benefício, perderá o ingresso.

O fornecedor que não disponibilizar a venda do ingresso pela internet, ficará sujeito às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC): multa; suspensão de forneci-

mento de produtos ou serviços; suspensão temporária de atividade; revogação de concessão ou permissão de uso; cassação de licença do estabelecimento ou de atividade; e interdição, total ou parcial, de estabelecimento, obra ou atividade.

Em seu voto favorável ao projeto, Jayme Campos (DEM-MT) argumenta que a venda pela internet reduz as exigên-

cias de atendimento no local do evento, tal como ocorreu com bancos e companhias aéreas.

A alegação dos fornecedores, de que não vendem meias-entradas pela internet porque não têm como comprovar a documentação, não se sustenta, segundo Campos, porque na maioria das vezes a comprovação ocorre na hora do espetáculo.



Taques diz que Brasil é um dos maiores consumidores do produto no planeta

CMA discute impactos do uso dos agrotóxicos

Por sugestão de Pedro Taques (PDT-MT), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai realizar audiência para debater as políticas públicas destinadas a minimizar os impactos causados pelos agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente.

O requerimento foi aprovado ontem. Taques informou que o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do planeta. Segundo ele, em 2009, foram comercializadas cerca de 400 mil toneladas de defensivos agrícolas, com custo de aproximadamente US\$ 2 bilhões.

Além disso, ressaltou o senador, o manuseio desses produtos no Brasil é feito sem a devida qualificação. Ele contou que em países da União Europeia os fosforados (classe de agrotóxico) são vendidos exclusivamente a pessoas habilitadas em curso de 60 horas e portadoras de carteira de autorização para o manuseio de agrotóxicos nos municípios.

Em muitos casos, as consequências da degradação ambiental são percebidas apenas em longo prazo e seus efeitos podem ser irreversíveis. O senador disse que grande parte das indústrias de agrotóxicos está instalada nos países em desenvolvimento.

Participantes

O senador sugeriu que participem da audiência o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) José Agenor Álvares da Silva ou da gerente de Normatização e Avaliação da agência, Letícia Rodrigues da Silva; o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Francisco Jardim; o coordenador-geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama, Márcio Freitas; o coordenador do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, Guilherme Franco Netto; o procurador do Trabalho Pedro Serafim; o professor da Universidade Federal de Mato Grosso Wanderlei Pignati; e o representante do Instituto Holístico de Agricultura Orgânica, José Carlos Alves Ferreira.

Dois outros assuntos também serão debatidos pela CMA: as denúncias da revista *Veja* sobre um possível esquema de corrupção, por requerimento de Blairo Maggi (PR-MT) e Cyro Miranda (PSDB-GO); e o projeto de novo Código Florestal, conjuntamente com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O decreto que regulamenta o Cartão de Pagamento de Defesa Civil foi publicado no *Diário Oficial da União* de ontem. De acordo com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, o cartão terá implantação gradativa

Ministro anuncia cartão federal para despesas com calamidades públicas

MUNICÍPIOS E ESTADOS em situação de emergência ou calamidade pública devem dispor até o fim do ano do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) para usar recursos federais no atendimento às populações vitimadas. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, em audiência pública no Senado. Ele informou que o decreto da presidente Dilma Rousseff que trata da regulamentação do cartão saiu no *Diário Oficial da União* de ontem.

De acordo com o ministro, o cartão vai eliminar uma imensa burocracia que sempre prejudicou a execução das ações, inclusive a prévia exigência de convênios. De posse do cartão, o gestor nomeado poderá debitar em conta específica, aberta em agência de banco oficial, as despesas com a compra de alimentos, remédios e colchões, entre outras coisas indispensáveis. Conforme salientou, a agilidade não prejudicará a transparência dos gastos: as despesas serão divulgadas imediatamente no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU).

– Toda vez que o cartão for usado, a gente vai saber quem está usando e quem está fornecendo o serviço – afirmou.

Na audiência, promovida pela Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, o ministro disse o cartão será implantado de forma gradativa. Essa foi uma recomendação dos órgãos de controle do Executivo. O plano piloto envolverá inicialmente até três estados e um total de dez municípios.



Ministro Fernando Bezerra (E) e senadores Jorge Viana e Casildo Maldaner: novo instrumento vai facilitar ações de socorro

Lei criada após tragédia do Morro do Bumba

O cartão foi previsto na Lei 12.340/10, que regulamenta o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec). Nascida por meio de medida provisória (MP 494/10), a lei foi aprovada no rastro da comoção causada pelas chuvas que castigaram alguns estados, principalmente o Rio de Janeiro, onde somente na tragédia do Morro do Bumba, em Niterói, morreram soterradas 47 pessoas. Embora se trate de uma legislação nova, ministros e senadores entendem que ainda precisa ser aperfeiçoada.

Fernando Bezerra avalia que, apesar dos avanços, os mecanismos de operação da Política Nacional de Defesa Civil ainda são lentos. Em janeiro, quando assumiu o cargo, disse ter encontrado um volume “impressionante” de R\$ 1,4 bilhão em recursos da pasta retidos na

rubrica restos a pagar. Esse total incluía dinheiro para assistência, reconstrução e prevenção de desastres.

– Boa parte ficou sem aplicação não por falta de dinheiro, mas porque os projetos não chegaram a ser aprovados, seja por pendências na documentação de municípios e estados ou porque o Sindec tem estrutura insuficiente para analisar e responder às demandas por recursos – destacou.

Regras do PAC

Entre outras propostas, Fernando Bezerra defendeu que os recursos para obras de reconstrução em áreas atingidas por desastres possam receber o mesmo tratamento assegurado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os projetos desse programa de infraes-

trutura ficam protegidos de medidas de contingenciamento (bloqueio de recursos) e os que se enquadram na área social podem ser feitos em associação com estados e municípios inadimplentes com obrigações da União.

O ministro criticou ainda o Fundo Nacional de Calamidade Pública (Funcap), a seu ver uma ideia bem intencionada, mas que não deu certo, já que não teve a adesão dos estados e municípios. Ele salientou, no entanto, que a pasta da Integração está sendo mais valorizada do ponto de vista dos recursos. Somente para eventos extremos, em situações de emergência e calamidade, ele ressaltou que os gastos passaram de R\$ 500 milhões em 2007, para mais de R\$ 3 bilhões em 2010.

Senadores pedem atenção à prevenção a tragédias

“Em situações de calamidade, a garantia de um auxílio financeiro para as vítimas poderia substituir com vantagem medidas assistenciais promovidas pelos governos em ações de defesa civil”, defendeu Eduardo Braga (PMDB-AM) na audiência sobre o sistema de defesa civil.

A favor do auxílio, que chamou de “bolsa SOS”, o senador afirmou que “muitas vezes se gastam horas de avião, numa complicada logística, para levar às vítimas coisas de que elas nem precisam realmente, pois as necessidades são outras”.

O presidente da subcomissão, Jorge Viana (PT-AC), disse que já é hora de regras e fiscalização mais rígidas para impedir a construção de obras em áreas

de risco. Conforme observou, isso ocorre até com dinheiro público, como ocorreu em rodovia construída no Rio de Janeiro, à margem de um córrego, levada pelas águas nas inundações de 2010.

O relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), congratulou o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, pelos avanços na organização da estrutura da defesa civil do país. O ministro informou que, ao assumir a pasta, em janeiro, encontrou pouco mais de 400 municípios – dos mais de 5.500 existentes – integrados à Secretaria Nacional de Defesa Civil, com informações indispensáveis para ações em situações de emergência. Hoje, segundo ele,

já há mais de 1.500.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) apoiou a ideia de que os recursos para ações de defesa civil fiquem protegidas de bloqueio orçamentário. Também sugeriu ao ministro maior atenção para integrar – dentro das atribuições da Defesa Civil, em situações de emergência – os esforços que nascem voluntariamente da sociedade.

Paulo Bauer (PSDB-SC) disse que, em seu estado, não existe bombeiro militar, mas uma organização civil com treinamento militar.

– O trabalho voluntário deve ser visto não como caridade, mas ação de cidadania – disse.

Ataídes Oliveira (PR-TO) e Valdir Raupp (PMDB-RO) pedi-



Eduardo Braga defende “bolsa SOS” para evitar logística complicada

ram mais ações de prevenção de acidentes, e Raupp lembrou que hoje há recursos tecnológicos para apoiar medidas desse tipo. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu mais atenção para o rio São Francisco e lamentou a opção pelas obras de transposição de suas águas.

As relações comerciais entre os quatro países do bloco econômico devem evoluir para a formação de parcerias entre as suas empresas, apontam participantes de debate na CDH

Mercosul: debatedores cobram estímulo à integração

PARA VIABILIZAR A integração econômica da América do Sul, é preciso uma legislação que não apenas ofereça parâmetros para os investimentos produtivos na região, mas também estimule as parcerias entre as empresas desses países. Essa foi a principal reivindicação dos participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). De acordo com Paulo Paim (PT-RS), a preocupação é atendida pelo PLS 232/11, que apresentou no mês passado.

Um dos principais defensores da iniciativa é o economista José Carlos de Assis, que fundou neste ano o Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul). Ele argumentou que o Mercosul, bloco de quatro países que se restringe a relações comerciais, "tem de evoluir para uma integração produtiva sob a cobertura da Unasul [União de Nações Sul-Americanas, formada por 12 países]".

– Para fazer isso, é preciso definir em lei essas atividades,



Paulo Paim (C) apresentou projeto que amplia integração produtiva regional

como é o caso dos investimentos conjuntos feitos por empresas de países diferentes – disse.

Outro que defende essas medidas é o professor Rodrigo Sabbatini, coordenador do curso de Economia das Faculdades de Campinas. Ele avaliou que as empresas da região "têm grande resistência em se unirem [quando são de países diferentes], porque se veem como rivais, e não como parceiras".

– Com um projeto de lei que garanta benefícios e incentivos para os "investimentos cruzados", as empresas podem se sentir estimuladas a fazê-los – afirmou.

Além disso, Sabbatini disse que uma proposta dessa natureza deve incentivar os investimentos que priorizem a contratação de equipamentos, insumos e trabalhadores da própria região, "para que, num efeito multiplicador, esses investimentos gerem novos investimentos nesses mesmos países".

Paim anunciou ainda o lançamento da Frente Parlamentar pela Integração da América do Sul. Ele coordenará o movimento no Senado, enquanto a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) será a coordenadora na Câmara.

Frente Parlamentar Brasil-Cuba reinicia atividades

Com um café da manhã no gabinete da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), foi reinstalada ontem no Senado a Frente Parlamentar Brasil-Cuba. No último dia 7, houve uma solenidade dessa frente na Câmara, quando a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi

eleita presidente do grupo.

O objetivo da frente, segundo destacou Vanessa Grazziotin, é estreitar as relações diplomáticas e promover o intercâmbio de experiências políticas, econômicas e culturais entre Brasil e Cuba.

Lídice da Mata, por sua vez,

registrou que essa é uma das mais antigas e atuantes frentes parlamentares do Congresso. "o que demonstra uma grande afinidade entre os dois países". Criado em 1989, o grupo foi integrado, ao longo desses 22 anos, por mais de 180 parlamentares.

Alvaro lamenta decisão sobre acusações de empresários



Alvaro Dias

A Justiça Federal decidiu que a Procuradoria Parlamentar do Senado não poderá interpor judicialmente empresários que, conforme a revista *Veja*, acusaram os senadores de vender seus votos. A informação foi dada ontem pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que criticou a reportagem por

transmitir a ideia de que todos os senadores estariam sujeitos a tal procedimento.

No entendimento da Justiça, a Procuradoria do Senado não é parte legítima na ação, devido ao "caráter personalíssimo" da honra – a lei prevê, em casos de ofensa a esse direito, a ação penal privada.

Russo toma posse com elogios a Marisa Serrano



Antônio Russo

O empresário e pecuarista Antônio Russo Neto (PR-MS), de 69 anos, tomou posse ontem na vaga da ex-senadora Marisa Serrano.

– Sei que é uma grande responsabilidade substituir uma mulher que construiu sua vida pública sob os preceitos da ética, da moral, e dos princípios da democracia e da justiça social, lembrada pela liderança política, no âmbito estadual, e respeitabilidade, no âmbito federal – elogiou o novo parlamentar.

Russo recordou sua experiência como pecuarista em Nova Andradina (MS) e prometeu defender os interesses do povo do seu estado.

Confirmados embaixadores para a África e o Caribe

Com o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/11, decorrente da Medida Provisória (MP) 526/11, trancando a pauta de votações do Plenário, os senadores dedicaram-se ontem a votar os projetos de decreto legislativo. Foram aprovadas mensagens da Presidência da República indicando embaixadores para a República Centro-Africana e Antígua e Barbuda.

O Senado aprovou a indicação do diplomata Raul Campos e Castro para o cargo de embaixador junto a Antígua e Barbuda, pequeno arquipélago no Caribe com território total de 442,6 km² e população de 87.600

habitantes. O país tem produto interno bruto em torno de US\$ 1,1 bilhão e PIB *per capita* de US\$ 10.537.

Paulo Américo Wolowski foi aprovado para o cargo de embaixador do Brasil junto à República Centro-Africana. Wolowski vai acumular a nova função ao cargo junto à República do Congo, que ocupa hoje.

A República Centro-Africana tem 622.984 km² e 4,42 milhões de habitantes. É um dos países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo. Seu produto interno bruto é de US\$ 2,1 bilhões, com PIB *per capita* de apenas US\$ 469.

Senado aprova indicações para Anac, CNJ e CNMP

O Plenário do Senado aprovou ontem seis indicações e uma recondução para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ): Bruno Dantas Nascimento, Sylvio Luis Ferreira da Rocha, Fernando da Costa Tourinho Neto, Ney José de Freitas, José Guilherme Vasi Werner e Gilberto Valente Martins foram aprovados e Jorge Hélio Chaves de Oliveira, reconduzido.

Para o Conselho Nacional do Ministério Público foram aprovadas as indicações de Jefferson Luiz Pereira Coelho, Jarbas Soares Júnior, Alessandro Tramuja Assad e Almino Afonso Fernandes, além da recondução de Maria Ester Henriques Tavares e Taís Schilling Ferraz.

Para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foi aprovada a indicação de Marcelo Pacheco dos Guarany, em substituição a Solange Paiva Vieira.

Ratificados quatro acordos internacionais

Quatro projetos de decreto legislativo (PDL) sobre acordos internacionais que tratam de produção cinematográfica, promoção do turismo, transferência de pessoas condenadas e transporte rodoviário internacional foram aprovados ontem pelo Plenário.

O PDL 644/10 aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Latino-Americano de Coprodução Cinematográfica, aprovado em 2008, no Equador. O turismo é o tema do PDL 76/11, que aprova texto de acordo entre o Brasil e Israel.

O acordo entre Brasil e Venezuela sobre transferência de pessoas condenadas, de 2008, também foi aprovado, por meio do PDL 116/11. O último PDL (123/11) é uma emenda a acordo de transporte rodoviário internacional de passageiros e cargas entre Brasil e Guiana, assinada em 2009.

Senadores lembram 81 anos de Itamar e dizem que ele faz falta

Durante a sessão, senadores prestaram homenagem ao colega Itamar Franco (PPS-MG), que ontem completou 81 anos. O senador está internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, desde 21 de maio para tratar uma leucemia recém-diagnosticada. Na segunda-feira, Itamar teve de ser transferido para a UTI do hospital, após ter contraído uma pneumonia grave.

Anibal Diniz (PT-AC), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Braga (PMDB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Ana Amélia (PP-RS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e outros senadores parabenizaram Itamar pelo aniversário, afirmaram que ele faz muita falta ao Senado e disseram esperar que ele recupere a saúde rapidamente, para que possa retomar suas atividades na Casa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Geovani Borges • Paulo Paim • Paulo Davim • Marta Suplicy • José Sarney • Wilson Santiago • Jayme Campos

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burl
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Ministro anuncia “banco” e empresa para financiar inovação

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) está sendo capitalizada pelo governo para se transformar em “banco público da inovação”, informou ontem o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A iniciativa consta da Medida Provisória 526/11, alterada pelo PLV 16/11, que precisa ser votada pelo Plenário do Senado até o dia 1º de julho para não perder a validade. O texto prevê a capitalização da Finep, por meio de uma subvenção de R\$ 1 bilhão pela União, para financiar projetos de inovação tecnológica.

Mercadante informou também que o governo articula a criação da “Embrapi”, uma espécie de Embrapa da indústria, cuja estrutura deverá ser constituída de centros tecnológicos de excelência para atender a demanda da área.

– Precisamos criar uma clínica tecnológica capaz de massificar o atendimento nas empresas, inclusive micro e pequenas – disse o ministro.

O modelo é a Fundação Fraunhofer, que ajudou a

reconstruir a Alemanha após a 2ª Guerra Mundial. Trata-se de uma instituição a que os empresários alemães recorrem quando precisam de alguma técnica inovadora.

Investimentos

Depois de observar que o Brasil é a sétima economia do mundo, Mercadante afirmou que o caminho para saltar à quinta posição passa pelo aumento dos investimentos em ciência e tecnologia.

Hoje, diz ele, o país investe apenas 1,19% de seu produto interno bruto (PIB), o correspondente a US\$ 24,2 bilhões, em ciência e tecnologia. No Japão, esse investimento é de 3,44% do PIB, o correspondente a quase US\$ 150 bilhões.

O ministro apontou também o baixo dispêndio das empresas privadas no setor: apenas 0,57% do PIB, contra 2,68% do Japão e 2,46% da Coreia. Excluindo a Petrobras – que entra na cota das empresas privadas –, esse investimento cai para 0,3% do PIB. Números que, segundo Mercadante, expressam “a cultura passiva” das empresas brasileiras em relação à inovação.

Brasil quer que Ucrânia invista mais no projeto de satélite

O Brasil corre o risco de perder o controle do espaço aéreo se até 2025 não tiver seu satélite geostacionário, alertou ontem na CAE o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.

Um dos problemas enfrentados, conforme esclareceu o ministro, é a parceria com a Ucrânia, país com o qual o Brasil constituiu uma empresa binacional para tocar o projeto Cyclone.

Como o Brasil colocou duas vezes mais recursos que a

Ucrânia na iniciativa, uma missão brasileira deve ir a Kiev, a capital ucraniana, neste sábado, para tentar convencer os parceiros a desembolsar mais recursos.

– Estamos buscando equilíbrio com a Ucrânia para que a gente aporte recursos do mesmo volume. O Brasil não pode sustentar esse projeto porque a nossa responsabilidade é a Base de Alcântara. O foguete é responsabilidade da Ucrânia. E nós queremos isonomia no aporte – disse o ministro.

Comunidade de tecnologia faz cinco anos e promove debates

Com a organização de cursos pela manhã e debates à tarde, de hoje até sexta-feira, a Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControl) comemora seus cinco anos, completados no último dia 11 de abril.

Serão debatidos a contratação de bens e serviços em tecnologia da informação (TIC) e planejamento estratégico, governança em TIC, segurança da informação, pregão eletrônico e outros temas.

Ainda consta da programação o 2º Encontro Nacional do LexML Brasil, que será realizado amanhã à tarde, quando o programa completa dois anos de lançamento. O encontro será aberto pela secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, e pela diretora-geral, Doris Peixoto.

A comunidade TIControl

reúne representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União. O Senado é representado por sua Secretaria Especial de Informática (Prodasen). A TIControl foi criada em 2006 e tem por finalidade contribuir para o incremento da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública.

As plenárias, no período da tarde, ocorrerão no auditório do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os minicursos serão realizados simultaneamente, das 8h30 às 12h30, no auditório do Interlegis (Senado), no auditório da Polícia Federal (Setor Policial Sul); e no Salão Nobre do TCU (Via S2, Edifício Sede, 2º andar). Confira a programação completa no Portal da TIControl (www.ticontrol.gov.br).

Além do Supremo, o ministro disse que o Ministério Público também o isentou de envolvimento no episódio de compra de dossiê contra José Serra, ocorrido em 2006

Mercadante afirma que foi inocentado em caso de dossiê

O MINISTRO DA Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, citou parecer da Procuradoria-Geral da República e decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que o teriam inocentado de envolvimento no escândalo dos aloprados, ocorrido em 2006. Durante as eleições daquele ano, petistas foram presos em flagrante durante tentativa de compra de dossiê contra o ex-governador de São Paulo José Serra, em 2006.

Mercadante – que na época era candidato contra Serra em São Paulo – abriu a discussão sobre o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois de fazer uma exposição sobre competitividade na economia brasileira.

Autor do requerimento de convite, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu ao ministro que esclarecesse a questão, ao indagar se havia fato novo nas denúncias da revista *Veja* das duas últimas semanas. O

parlamentar acusou a oposição de tentar paralisar as ações do Executivo e anunciou que a base de apoio ao governo não ficaria na defensiva.

Em resposta, Mercadante destacou trechos do parecer do então procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, constatando a inexistência de indícios de envolvimento do então senador e candidato a governador. De acordo com Mercadante, esse entendimento foi acolhido unanimemente pelos 11 ministros do STF.

Reunião

O ministro também isentou a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, de qualquer envolvimento no assunto e disse que foi ele próprio quem citou para o jornal *Folha de S.Paulo* uma reunião em seu gabinete, em 2006, entre Ideli, que era líder do PT no Senado, Expedito Veloso e Osvaldo Bargas – estes dois últimos personagens do

episódio da compra de dossiês

Mercadante, que na época era líder do governo no Senado, afirmou que Ideli não aceitou sugestão quanto ao possível questionamento de um dos acusados do caso, Luiz Vedoin, sobre o envolvimento de autoridades do PSDB no esquema dos sanguessugas – quadrilha que tinha como objetivo desviar dinheiro da compra de ambulâncias, desbaratada em 2006.

O ministro afirmou ainda que o assunto só voltou à tona porque um dos citados como fonte do dinheiro para pagar o dossiê, o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia, está morto e “não pode se defender”. Declarou que nunca foi aliado de Quércia em São Paulo. A divulgação do dossiê poderia forçar um segundo turno na eleição paulista entre o próprio Mercadante e José Serra, mas o ministro considerou a história “fantasiosa” e sem sustentação nos fatos.



Aloizio Mercadante (E) e o presidente da CAE, Delcídio do Amaral: Finep será uma espécie de banco público da inovação

Alvaro vê estratégia para esvaziar tentativa na Câmara

Alvaro Dias (PSDB-PR) apontou uma “estratégia anunciada” dos governistas. O objetivo, segundo ele, seria usar o depoimento de Mercadante para esvaziar a tentativa da Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados, de convocar os ministros de Ciência e Tecnologia e de Relações Institucionais para esclarecer o episódio.

O senador mencionou como fato novo no caso o depoimento de Expedito Veloso – hoje, funcionário de confiança do governo do Distrito Federal – detalhando o episódio da compra do dossiê. Esse novo depoimento, segundo ele, invalida as decisões citadas por Mercadante em seu favor e deveria determinar a reabertura do caso.

Alvaro considerou pouco ético o desvio do foco do assunto para Orestes Quércia, pelo fato de ele já estar morto, e salientou que na eleição em que ocorreu o episódio da compra do dossiê o ex-governador paulista era aliado do governo Lula.

O parlamentar cobrou o compromisso de Mercadante de comparecer à Comissão de Segurança da Câmara. Diante da falta de uma resposta positiva do ministro, ele anunciou a apresentação de requerimento de convite a Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko e Expedito Veloso para discutir o assunto na CAE. O requerimento pode ser votado na próxima reunião.

Dornelles diz que caso é para a polícia apurar

Francisco Dornelles (PP-RJ) discordou do requerimento de Alvaro Dias. Para ele, o Congresso Nacional não deve tratar desse tipo de assunto, que estaria a cargo da polícia, do Ministério Público e da Justiça. Mas fez duras críticas a Mercadante, que considerou protagonista de um dos “mais violentos casos” de acusação no Senado, em 2007 e 2009.

O então senador do PT, conforme Dornelles, não levou em consideração a “ausência de provas” – que agora invoca em sua defesa – para, com base em denúncias veiculadas pela imprensa, pedir a cassação de “dois senadores aliados do governo do qual era líder”.

– É como diz o refrão popular: nada como um dia após o outro.

Mercadante disse que os senadores têm todo o direito de serem rigorosos com ele e declarou que a CPI dos Sanguessugas, que tratou do caso dos aloprados, nem sequer citou seu nome no relatório final.

O senador Pedro Taques (PDT-MT) retificou a afirmação: a página 370 do volume II do documento menciona a reunião entre Mercadante, Ideli, Expedito Veloso e Osvaldo Bargas.

Já Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou que Mercadante compareceu espontaneamente ao Congresso para dar explicações.

Em debate na CDR, dirigente de associação defende foco na socialização da tecnologia e do conhecimento, e representante do governo garante que inclusão digital é prioridade



Lygia Pupatto, secretária de Inclusão Digital; Eduardo Amorim, vice-presidente da CDR; e Percival Henriques, da Anid (D)

Inclusão digital: "Não dá para investir só onde dá lucro"

É PRECISO MUDAR a lógica de investir em inclusão digital somente onde há retorno garantido para as empresas, afirmou o presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital (Anid), Percival Henriques, durante audiência pública, ontem, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Segundo Percival, os governos, as operadoras de telefonia e a sociedade têm de participar de um esforço coletivo. Pequenas empresas devem ter facilidades de financiamento para ofertar acesso à internet a localidades menores e mais distantes.

– A exclusão digital é silenciosa. Quem passa fome pede, faz barulho, mas, para quem é excluído digitalmente, as oportunidades vão passando e ele não vê – declarou.

Para o dirigente da Anid, a privatização da telefonia teve a "lógica perversa de concentrar a oferta nos grandes centros" e, se não houver foco na socialização do conhecimento, de nada adiantará a inovação que a privatização objetivou.

Ana Amélia (PP-RS) defendeu as privatizações, segundo ela, "responsáveis pela democratização e inclusão em um serviço que não era acessível à população de baixa renda".

Para atestar que a inclusão digital está no centro das preocupações do governo Dilma Rousseff, foi criada em maio a Secretaria de Inclusão Digi-

tal, no âmbito do Ministério das Comunicações, afirmou a secretária Lygia Pupatto. Segundo ela, o órgão busca fazer a articulação das políticas de inclusão digital de todo o governo e aumentar o acesso, com qualidade e velocidade mesmo nos lugares mais isolados do país, para superar os números de 2009, quando somente 30% da população brasileira tinha acesso à internet.

Desde o governo passado, disse a secretária, já receberam auxílio do governo 14.580 locais públicos, como escolas, bibliotecas, espaços comunitários. Lygia Pupatto explicou que foram instalados telecentros e conexão com a internet e implementada a formação de agentes de inclusão digital. Para o futuro, entre outras ações, disse, estão formação de agentes recrutados dentro das próprias comunidades e pagamento de bolsas para eles; investimento na criação de "cidades digitais" e expansão da banda larga, que prevê investimentos em quase 4.400 municípios até 2014.

Banda larga

Um dos responsáveis pela condução do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) é a Telebrás, representada na audiência pelo gerente de Pesquisa e Desenvolvimento, Paulo Eduardo Kapp. O PNBL deve massificar, até 2014, a oferta de acessos banda larga e promover o crescimento

da capacidade da infraestrutura de telecomunicações do país.

– Será possível fomentar o desenvolvimento, gerar emprego e renda, principalmente no interior e nas periferias, e aprimorar a máquina governamental com geração de conteúdo para a rede administrativa e para educação, saúde e segurança pública – prometeu Kapp.

Uma das cidades digitais modelo no país – com rede de internet desenvolvida em parceria entre o município, o governo federal e a iniciativa privada – é Canela (RS), que tem quase 40 mil habitantes. Estão conectadas prefeitura, secretarias, câmara de vereadores e escolas, explicou Roberto Basei, secretário municipal da Fazenda. Pela internet, acessível em telecentros e via rede sem fio, podem ser checadas informações educacionais, como histórico escolar e merenda, e informações de saúde, como o prontuário do cidadão. Também estão reunidas informações para os turistas, responsáveis por 60% da economia do município, e para o acompanhamento das contas governamentais.

A reunião foi a segunda das quatro previstas para o ciclo de debates proposto por Ana Amélia, Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sobre os entraves ao desenvolvimento regional no Brasil, considerando logística, inclusão digital e guerra fiscal.

Bispo quer mais verba para tratamento de dependente

Facilitar a obtenção de recursos públicos para as casas de tratamento aos dependentes químicos. Essa foi a principal reivindicação, durante audiência pública, de dom Irineu Danelon, bispo de Lins (SP) e responsável pela Pastoral da Sobriedade, que atua em várias dioceses e paróquias do país na prevenção e no tratamento de diversos tipos de vícios.

Representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ele falou à Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros.

O presidente da subcomissão, Wellington Dias

(PT-PI), informou que a presidente Dilma Rousseff criou um grupo interministerial para, em 30 dias, apresentar uma

proposta que facilite o diálogo do governo com as comunidades terapêuticas voltadas ao combate às drogas.



Presidente da subcomissão, Wellington Dias acompanha palestra de dom Irineu

Davim comemora decreto de Dilma contra corrupção

Paulo Davim (PV-RN) comemorou ontem a assinatura de decreto, pela presidente Dilma Rousseff, com medidas destinadas a impedir o roubo de dinheiro da saúde e da educação, tais como a limitação dos saques na boca do caixa a um valor de R\$ 800 e apenas para prestadores de serviço que não tenham conta bancária.

O decreto determina também que nenhuma prefeitura efetue pagamentos em dinheiro vivo a um único prestador em valor superior a R\$ 8 mil por ano.



Davim acredita que novas medidas vão melhorar a fiscalização

Paulo Davim acredita que as novas medidas impostas pelo decreto do governo federal deverão permitir uma melhor fiscalização dos recursos públicos aplicados nas duas áreas, que será feita através do acompanhamento das contas bancárias dos prestadores de serviço.

Marta: Brasil deve apoiar fundo de combate a Aids

Marta Suplicy (PT-SP) relatou sua participação na abertura do fórum do Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária, no último final de semana, em São Paulo. Ela chamou a atenção para a importância da próxima reunião, que acontecerá em julho, e disse que o Brasil deve colaborar no combate a essas doenças, que afetam especialmente os países mais pobres.

A senadora também demonstrou confiança de que a presidente Dilma Rousseff terá um "papel catalisador" na postura de ajuda global, como o ex-presidente Lula teve no combate à fome. Ela aposta na criatividade brasileira para pensar em fórmulas de colaboração.

Marta Suplicy disse que o Fundo Global é a maior entidade de combate a essas três doenças, que devastam os países mais pobres e em desenvolvimento.



Marta confia que Brasil usará criatividade para ajudar iniciativa



Ângela Portela sugere criação de auxílio por natalidade

Ângela sugere criação de auxílio por natalidade

Ângela Portela (PT-RR) apresentou projeto de lei para a criação de um novo benefício no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), chamado "auxílio por natalidade". Segundo a senadora, a proposta corrige a "omissão da sociedade e do Estado em relação à elevada parcela de mulheres brasileiras que permanecem sem a cobertura do sistema previdenciário".

A parlamentar disse que, de acordo com dados do IBGE, 23 milhões de mulheres de 16 a 59 anos contam com cobertura da Previdência Social, o que significa que 37,2% das mulheres trabalhadoras estão fora do sistema previdenciário. Somando a essas as desempregadas, as donas de casa, as que prestam serviços domésticos sem terem sido registradas, as que nunca tiveram condições de trabalhar, Ângela Portela assinalou que mais da metade das mulheres não tem acesso aos benefícios da Previdência Social.

Geovani denuncia assédio moral a professores

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) denunciou que os professores da rede estadual de ensino do Amapá estão sofrendo assédio moral.

De acordo com o senador, os professores reclamam de "abusos ditatoriais" praticados por diretores de escola. A imprensa local citou Antonio Jorge Oliveira, professor do sistema modular de ensino do estado, que sofreu assédio moral e agora comemora a saída da ex-secretária de Educação Miriam Corrêa, nomeada no governo de Camilo Capiberibe. Ele referiu-se ainda às profes-



Senador alerta para danos à saúde provocados por diretores de escolas

soras Vanja Maria de Souza Lemos, Regine Santa Ana e Maria Clélia Almeida, devolvidas à secretaria de Educação pela diretora da Escola Estadual Maria Mãe de Deus.

– É importante que o poder público reconheça a importância do tema diante das consequências e dos danos à saúde desses trabalhadores.